

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.426.881 - SP (2019/0005293-4)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : JORGE RABELO DE MORAIS
ADVOGADOS : JORGE RABELO DE MORAIS (EM CAUSA PRÓPRIA) -
SP057753
WALTER ROBERTO TRUJILLO - SP153622
ELAINE CRISTINA DOS SANTOS E OUTRO(S) - SP199357
AGRAVADO : BASSEM SAYEGH
ADVOGADO : TADDEO GALLO JÚNIOR - SP154502

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por JORGE RABELO DE MORAIS, em face de decisão que não admitiu recurso especial (fls. 659-664, e-STJ).

O apelo nobre, de sua vez, fundamentado na alínea “a” do permissivo constitucional, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fls. 628-636, e-STJ):

MANUTENÇÃO DE POSSE. Ausência de provas da turbacão de área ocupada pelo autor. Provas requeridas não produzidas por negligência do autor, que deu causa à preclusão. Ação improcedente. Recurso não provido, com majoração de honorários.

Nas razões do recurso especial (fls. 642-646, e-STJ), o recorrente aponta violação aos artigos 371 e 561 do CPC/2015.

Sustenta, em síntese, que a) as provas acostadas aos autos comprovam a posse; e b) a negativa da oitiva de testemunhas na audiência de instrução e julgamento representou cerceamento de defesa.

Não foram apresentadas contrarrazões (fls. 653, e-STJ).

Em juízo de admissibilidade (fls. 654-655, e-STJ), negou-se o processamento do recurso especial, sob os fundamentos de que: a) a simples referência a dispositivo de lei não autoriza o conhecimento de recurso especial; e b) incidiria ao caso o enunciado nº 7 da Súmula do STJ.

Irresignado, aduz o agravante, em suma, que o reclamo merece trânsito, uma vez que: a) as suscitadas ofensas a dispositivos infraconstitucionais foram devidamente expostas; e b) o exame pretensão não demanda reanálise da matéria de fato.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Inicialmente, afasta-se a apontada vulneração do art. 371 do CPC/2015.

No ponto, alega o insurgente que a negativa de oitiva de testemunhas em audiência de instrução e julgamento representou cerceamento de defesa.

Tem-se, contudo, que a Corte estadual, após análise detida dos elementos fático-probatórios que instruem o processo, concluiu que a diligência probatória em tese era desnecessária (fls. 632-633, e-STJ):

Todavia, o autor não apresentou rol de testemunhas, de modo que foi correto o indeferimento da oitiva das pessoas trazidas por ele na audiência

(fls. 545).

De qualquer forma, pelo que consta do protesto do autor feito em audiência, as pessoas trazidas seriam aquelas subscritoras das declarações de fls. 43/45 e suas oitivas serviriam para ratificar o quanto ali declarado.

Mas com o devido respeito, tal ratificação seria desnecessária e inútil aos autos porque referidas declarações, subscritas por proprietários/moradores de imóveis na região, apenas atestam que o autor reside no endereço do imóvel descrito na inicial há mais de vinte anos, mas nada mencionam sobre os atos de turbação que o autor alega ter sofrido em sua posse.

Com efeito, consoante disposto no art. 370 do CPC/2015, cabe ao juiz determinar, de ofício ou a requerimento, a produção das provas necessárias à elucidação das questões apresentadas pelas partes. Como consequência de tal potestade, prevê o parágrafo único do referido dispositivo, inclusive, que o magistrado deverá indeferir as diligências inúteis ou meramente protelatórias.

Não há se falar, portanto, em cerceamento de defesa no caso, dadas as particularidades do caso, a prova pleiteada era inócua. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DE PRODUÇÃO DE PROVA DOCUMENTAL E TESTEMUNHAL. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ.

1. Recurso especial cuja pretensão demanda reexame de matéria fática da lide, o que encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1108073/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 18/04/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. PRONTUÁRIO MÉDICO EXTRAVIADO PELO HOSPITAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. LEGITIMIDADE PASSIVA DO RECORRENTE RECONHECIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. CULPA PELO EXTRAVIO DO PRONTUÁRIO DEMONSTRADA. INDEFERIMENTO DE PROVA. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. NECESSIDADE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Não se verifica a alegada violação ao art. 535 do CPC/73, na medida em que a eg. Corte de origem dirimiu, fundamentadamente, a questão que lhe foi submetida, não sendo possível confundir julgamento desfavorável, como no caso, com negativa de prestação jurisdicional, ou ausência de fundamentação.

2. O Tribunal a quo, com fundamento na prova documental juntada aos autos, concluiu pela legitimidade da parte recorrente para figurar no polo passivo da presente demanda judicial e por sua responsabilidade pelo extravio do prontuário médico do paciente autor da ação.

3. Para se alterar a conclusão do col. Tribunal de origem, seria necessário se proceder ao reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é inviável em recurso especial, sob pena de violação da Súmula 7 do STJ.

4. Não há falar em cerceamento de defesa pelo indeferimento do pedido de prova testemunhal em razão de o acórdão recorrido entender suficientes as

provas documentais trazidas aos autos para comprovação do dano e da responsabilidade, porquanto, no nosso sistema processual, o magistrado é o destinatário da prova, cabendo-lhe, por força do artigo 131 do Código de Processo Civil de 1973, apreciar livremente as provas apresentadas, devendo apenas fundamentar os motivos que lhe formaram o convencimento.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 754.524/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe 18/08/2017)

Desta forma, para alterar o entendimento do Tribunal local, seria necessário novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme previsto na Súmula 7/STJ.

2. De igual modo, não merece guarida a apontada vulneração do art. 561 do CPC/2015.

Com efeito, restou assentado pelo Tribunal de origem, soberano na análise do acervo probatório, que o ora recorrente não se desincumbiu dos ônus probatórios que lhe foram impostos, razão pela qual deveria ser julgada improcedente sua pretensão (fls. 634-635, e-STJ):

De acordo com o art. 561, do CPC (art. 927, CPC/73), em se tratando de ação possessória, incumbe ao autor provar: a sua posse; a turbação ou esbulho praticado pelo réu; a data da turbação ou do esbulho; a continuação da posse, embora turbada, na ação de manutenção, ou a perda da posse, na ação de reintegração.

Aqui, entretanto, o autor não conseguiu provar com segurança nem a sua própria posse, muito menos a turbação por parte do réu autor.

Como visto, as provas requeridas restaram preclusas por pura desídia do Os documentos que instruíram a inicial, não serviram à finalidade do art. 561, do CPC (art. 927, CPC/73).

As áreas disputadas nas ações de usucapião (fls. 06/09) e de reintegração de posse (fls. 14/18) não estão adequadamente descritas a ponto de possibilitar correlacioná-las àquela que é objeto desta ação.

Nas declarações de fls. 43/45, os subscritores, que se qualificam como proprietários/moradores de imóveis na região, apenas declaram que o autor reside no imóvel descrito na inicial há mais de vinte anos, mas nada mencionam sobre os atos de turbação que o autor alega ter sofrido em sua posse.

A respeito das fotos de fls. 99/111, com o devido respeito, sequer é possível saber onde se deram, em que circunstâncias e quem são as pessoas nelas retratadas. Portanto, imprestáveis para a comprovação da alegada turbação. Depois, como bem observado pelo réu, algumas fotos estão datadas de 2008 (fls. 99/101), muito antes da data indicado pelo autor (julho/2011).

Os boletins de ocorrência de fls. 95/98, encerram apenas presunção relativa dos fatos ali narrados, pois lavrados por declaração unilateral do autor. E, diga-se de passagem, o réu também lavrou ocorrência relativa à mesma data dos fatos, também de forma unilateral, o que se contrapõe à versão do autor (fls. 181/182).

O réu, em sua contestação, além de alegar ilegitimidade passiva porque não é proprietário de área confrontante com aquela defendida, negou que tenha invadido, arrancado cerca divisória ou ateado fogo em área do autor (fls. 142/152).

Portanto, não comprovada a turbação, a sorte da demanda não poderia ser outra senão a da improcedência.

Nesse contexto, tem-se que o provimento do pleito recursal demandaria que a premissa acima disposta fosse derruída. Para tanto, todavia, revelar-se-ia necessária a reanálise de matéria fático-probatória, providência vedada em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 07/STJ. Precedentes:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. COMPROVAÇÃO PELO AGRAVADO DOS PODERES INERENTES À PROPRIEDADE DO IMÓVEL OBJETO DO LITÍGIO. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. MULTA E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. NÃO CABIMENTO AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Nos termos da jurisprudência do STJ, rever a conclusão do Tribunal a quo acerca da configuração dos requisitos ensejadores da procedência ou improcedência da tutela possessória demandaria o reexame de provas. Incidência da Súmula 7 do STJ.

(...)

4. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1179489/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 02/05/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO POSSESSÓRIA. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. POSSE ANTERIOR NÃO DEMONSTRADA. PROVA DE DOMÍNIO. INEXISTÊNCIA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O Tribunal de origem, com fundamento nas provas trazidas aos autos, concluiu que a posse da recorrente sobre o imóvel objeto de litígio não foi devidamente comprovada.

2. Infirmar as conclusões do julgado demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que encontra vedação na Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 871.643/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 02/03/2018)

Logo, também em relação à presente questão é inadmissível o apelo nobre.

3. Ante o exposto, com fulcro no art. 932 do CPC/2015 c/c Súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo. Por conseguinte, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 10% (dez por cento) o valor dos honorários advocatícios arbitrados na origem (fls. 636, e-STJ), observado, se for o caso, o disposto no art. 98, § 3º, do CPC/2015.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

